

# **PARTICIPAÇÃO FEMININA NA DIPLOMACIA GUINEENSE: PERCURSO E DESAFIOS DE SUPERAÇÃO<sup>1</sup>**

**Sandra Camala Correia<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

Apesar da histórica contribuição feminina nas relações políticas e institucionais entre sociedades, reinos, impérios, estados e outros formatos de organização da burocracia do poder, o campo da diplomacia contemporânea tem sido de difícil acesso para elas dentro das relações internacionais modernas. A partir desta constatação, o foco do presente trabalho problematiza o lugar das mulheres em posições de tomada de decisão, principalmente no âmbito da diplomacia na Guiné-Bissau. Para tal fim, começamos por traçar um breve historial do campo da diplomacia, passando pelo pensamento político feminista desde sua origem ocidental até reformulações e críticas mais recentes feitas por pensadoras africanas. De forma mais específica, também trouxemos o histórico do envolvimento feminino na política guineense: desde a constituição do Estado antes e pós-independência à contemporaneidade; numa tentativa de captar os desafios, possíveis caminhos e conquistas feitas pelas diplomatas do país. Em termos metodológicos, me sirvo da revisão da literatura especializada, entrevista e posterior análise do material coletado. Em síntese, apontamos que apesar de algumas tentativas do Estado e sucessivos governos em estabelecer políticas públicas, da própria atuação dessas mulheres e de entidades da sociedade civil, o avanço delas na diplomacia guineense ainda está num estágio incipiente por desafios estruturais da precária organização do Estado guineense, mas também devido a normas sociais, patriarcado e mentalidades pouco acolhedoras e por vezes hostis ao protagonismo feminino; apesar disso, o trabalho aponta sinais positivos e possíveis caminhos.

**Palavras-chave:** diplomacia; mulheres - Guiné-Bissau - atividades políticas; mulheres na política.

## **ABSTRACT**

Despite the historical contribution of women in the political and institutional relations between societies, kingdoms, empires, states and other forms of organization of the bureaucracy of power, the field of contemporary diplomacy has been difficult for them to access within modern international relations. Based on this finding, the focus of the present work problematizes the place of women in decision-making positions, especially in the context of diplomacy in Guinea-Bissau. To this end, we begin by tracing a brief history of the field of diplomacy, passing through feminist political thought from its Western genesis to more recent reformulations and critiques made by African thinkers. More specifically, we also brought the history of female involvement in Guinean politics: from the constitution of the State before and after independence to contemporaneity; in an attempt to capture the challenges, possible paths and achievements made by the country's diplomats. In methodological terms, I use the review of the specialized literature, interview and subsequent analysis of the collected material. In summary, we point out that despite some attempts by the State and successive governments to establish public policies, the very performance of these women and civil society entities, their progress in Guinean diplomacy is still at an incipient stage due to structural challenges of the precarious organization of the Guinean State, but also due to social norms, patriarchy and mentalities that are not welcoming and sometimes hostile to female protagonism; despite this, the work points to positive signs and possible paths.

**Keywords:** diplomacy; women - Guinea-Bissau - political activities; women in politics.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

<sup>2</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

As abordagens sobre gênero tem sido objeto de debate na sociedade guineense, acerca da situação em que as mulheres se encontram principalmente as mulheres guineenses na diplomacia, um campo que apresenta desafios e a Guiné-Bissau sendo um país em que a representatividade feminina nos espaços públicos ainda não apresenta um aumento significativo como esperado. Apesar de que a pouca representatividade na diplomacia não é um problema que existe só na Guiné-Bissau, mas sim no mundo todo, e um dos mais flagrantes resultados evidentes é a baixa nomeação de mulheres ao cargo de embaixadora (Sanca, 2019).

Observando a presença dos seres humanos na sociedade, percebe-se que as mulheres no geral são grupos que enfrentam mais dificuldades e desafios, principalmente quando se trata de privilégio, poder e luta contra opressão. Para melhorar o sistema que as oprime, as mulheres se organizaram e criaram vários movimentos para compreender melhor as formas de opressão e tentar descobrir o que mudou historicamente. E essa busca tem como objetivo compreender não só possíveis mudanças, mas também debater como compreender no que se fundamentam as críticas feministas e de mulheres (Dias, 2019, p. 17).

Apesar do citado, a luta das mulheres vem desde sempre e teve marcos importantes na história da humanidade, as mulheres denunciam opressões em diversas formas como canções populares, expressões e poemas concisos, pinturas e outras formas de arte a que tinham acesso (Gandhi, 2018). A luta das mulheres teve mais impacto nos meados do século XIX, através da organização do movimento social feminista no ocidente, exigindo o direito de acrescentar o voto às mulheres, por outro lado, a desconstrução da estrutura patriarcal que limita o espaço e atuação das mulheres nos espaços públicos, essa pauta foi reconhecida pela luta das feministas da primeira geração (Djata, 2023).

A era capitalista trouxe consigo grandes acontecimentos que marcaram e moldaram a vida na sociedade, uma das mais notáveis marcas que veio consigo são o surgimento e crescimento do movimento de mulheres. Movimentos esses que não só fortaleceram a união entre mulheres assim como reivindicaram de forma explícita os direitos das mesmas em todas as esferas sociais (Gandhi, 2018). Ao longo desses acontecimentos, foram surgindo diversas correntes feministas, com isso, surgiram outros olhares sobre o próprio conceito, que em sua maioria não defendem a mesma ideia.

O feminismo liberal trouxe consigo, entre diversas lutas, o movimento pelos direitos iguais para as mulheres, principalmente o direito ao voto das mesmas. Pois os grandes pensadores políticos liberais não integraram as mulheres nos indivíduos que consideravam

merecer igualdade, em especial a igualdade política. O surgimento do liberalismo veio como resposta contrária aos valores feudais e patriarcais que governavam na época, valores esses pautados na desigualdade. Apesar de reconhecer a luta dos liberais para se libertar da sociedade patriarcal em que se encontrava o Ocidente, a mesma autora citada neste parágrafo fez críticas ao mesmo, apontando que a corrente era extremamente individualista. Para a mesma, as limitações do pensamento liberal vieram à tona quando a burguesia que lutava chegou ao poder. Restringiu os direitos aos pobres e as demais massas desfavorecidas, pois a sua essência se baseia nos direitos individuais e não coletivos (Gandhi, 2018, p.40).

O feminismo radical argumenta que o sistema de gêneros era o fator fundamental da causa da opressão de gênero. Em sua crítica, a autora faz alusão ao entendimento do feminismo radical em concluir que o fator físico da reprodução e o papel biológico da mulher eram o principal motivo da opressão da mesma. Ela traz os escritos do Marx para se opor a esse entendimento evidenciando que a produção e reprodução da vida são as duas condições essenciais para a existência humana, portanto, não poderia este ser a base da opressão da mulher. (Gandhi, 2018, p. 52).

### 1.1 FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No campo de estudo das Relações Internacionais a realidade não é diferente, esse campo é totalmente dominado pelo poder masculino. Nesse sentido, nos últimos anos os estudos feministas e sobre mulheres nas Relações Internacionais tem sido um objeto de debate e discussão, abordando a construção de masculinidade, do Estado e dos fatores que contribuíram para o silenciamento das narrativas das mulheres (Dias, 2019, p. 17).

As questões que as RI têm feito desde a fundação da disciplina têm sido tipicamente sobre o comportamento dos Estados, particularmente dos Estados poderosos e do seu comportamento de procura de segurança, dado um ambiente internacional anárquico (Tickner, 2006, p. 39).

Segundo Pontes Nogueira e Messari (2021), as abordagens feministas na disciplina das Relações Internacionais ocorreram muito tarde em comparação às outras ciências humanas, com as mulheres se tornando armas para limpeza de algumas guerras étnica em 1990, a disciplina das Relações Internacionais não teve escapatória para lidar com abordagens sobre gênero na política internacional. Não é segredo que o campo das Relações Internacionais é totalmente dominado pelo ocidente, valores masculinos e debates sobre “alta e baixa política”, as abordagens feministas não eram consideradas de grande relevância. Nas Relações Internacionais, os estudos de gênero apareceram nas abordagens pós-positivismo, ou seja, as

teorias feministas apareceram para compreender as relações de poder e dinâmicas sociais, ela traz uma visão crítica das teorias tradicionais e relações de poder entre homem e mulher. Segundo Tickner:

O pós-positivismo, que inclui uma variedade de abordagens, como (IR) no final da década de 1980, quase ao mesmo tempo em que o “terceiro debate”, Abordagens feministas entraram na disciplina de Relações Internacionais feministas, juntamente com estudiosos de outras abordagens críticas, desafiaram os fundamentos científicos sociais da área (Tickner, 2006, p. 35).

As teorias feministas passaram por diferentes fases, trazendo discussões relevantes sobre gênero neste campo. A primeira geração de feministas lutou pela aprovação e inclusão das mulheres no espaço político, e a segunda geração do feminismo surgiu no meado de 1970, com uma agenda de inclusão social e cidadania, enquanto a terceira geração têm se focado menos no ocidente e mais inclusiva na sua agenda, as feministas desta geração tentaram olhar para as mulheres consideradas, do terceiro mundo, porque as duas primeiras gerações focavam mais na agenda do movimento feminista ocidental, (Pontes Nogueira; Messari, 2021, p. 224). Além disso, a partir dos anos 1970 o movimento feminista da terceira geração critica a universalização da categoria da mulher, para essa geração, as mulheres são diferentes, principalmente sobre privilegio, onde as mulheres brancas acabam tendo mais privilégio dentro de uma sociedade de classe, racista e patriarcal (Djata, 2023).

As abordagens sobre gênero nas Relações Internacionais realçam as pautas sobre a violência que afeta as mulheres de maneiras diferentes, além disso, as feministas se preocupam com as desvantagens que as mulheres têm em quase todas as áreas, tanto político, social e econômica (Tickner, 2006).

Apesar das discussões e pautas levantadas em relação à questão de gênero, o campo das Relações Internacionais ainda é dominado pelos costumes masculinos, as análises de gênero discutem como as hierarquias de gênero estão presentes em instituições internacionais. No caso da Guiné-Bissau, no campo político e diplomático, as mulheres são minoria principalmente nos espaços de liderança.

## **2 MULHERISMO AFRICANA**

Como mencionado anteriormente, as abordagens feministas passaram por fases diferentes, e essa transformação ajudou muito para desconstruir e desafiar as estruturas

dominantes na sociedade e no campo das Relações Internacionais. Neste subitem vamos apresentar o pensamento do mulherismo africano. É uma teoria afrocêntrica que destaca as abordagens e críticas levantadas por mulheres negras, por ser uma teoria que fala das mulheres baseando-se nas suas realidades sem reproduzir as mesmas abordagens do feminismo ocidental.

O mulherismo africano é uma teoria criada por Cleonora Hudson-Weems em 1993, pensada a partir da experiência de ser uma mulher negra e luta contra o sistema patriarcal, opressão de raça e de classe. A teoria apresenta-se como uma contrapartida ao feminismo, inclusive ao feminismo negro porque este, ao surgir na década de 1970, é percebido como um desdobramento do feminismo branco (Maia, 2023, p. 2). É uma teoria que mostra o papel das mães africanas como líderes na luta para recuperar, reconstruir e criar uma integridade cultural que defenda os antigos princípios de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, verdade, ordem e assim por diante (Dove, 1998, p. 21).

Certas coisas que alguns grupos feministas apontam como problema, para o mulherismo é algo que não parece ser tão problemático. Para mulherista uma mulher enquanto mãe, esposa e várias outras coisas da classe feminina que é considerada e valorizada no continente Africano, ela também é detentora de poder e nem precisa abrir mão da sua natureza para ter sua liberdade ou da sua escolha (Adichie, 2012 *apud* Chirindza, 2017).

Algumas mulheres africanas não se identificam mais com algumas pautas da luta feminista, por exemplo: algumas mulheres africanas e afrodescendentes não comemoram o dia internacional das mulheres (08 de março), pois alegam que essa data representa mais as mulheres do ocidente. Nesse sentido, o mulherismo africano surgiu como um conceito próprio de análise, que entra em contrapartida com agenda e luta pautada nos interesses eurocêntricos, o conceito faz parte de uma perspectiva afrocêntrica, uma política de autoafirmação e que coloca no matriarcado a possibilidade de compreender a mulher negra como líder de luta para recuperar e reconstruir a identidade cultural do povo negro. Apesar de as feministas da terceira geração tentarem colocar essas pautas nas suas lutas, mas acabou não preenchendo algumas lacunas. Além disso, a teoria pode trazer um debate que mostra a necessidade de um pensamento descolonial dentro da academia, e pode trazer uma contribuição significativa na sociedade (Maia, 2023).

Fizemos essa abordagem sobre mulherismo, não para desvalorizar outras teorias e movimentos que lutam pela causa das mulheres, classe, raça e outros sistemas que as oprimem, afinal, através da curiosidade de algumas mulheres e luta das feministas, muitas mulheres desafiaram governos e sistemas dominantes. O início da luta feminista foi um marco histórico na sociedade, mas as mulheres negras precisam se posicionar e reconstruir seus sistemas,

principalmente a partir do lugar em que elas se encontram. Além disso, por mais que pareça ser igual, as lutas das mulheres não são totalmente iguais, e não podem ser demonstradas por uma única teoria, principalmente uma teoria que foi criada baseada na realidade das mulheres do Ocidente.

### 3 MÉTODOS

A partir dessas abordagens acima e outras que vão ser apresentadas aqui, o trabalho conta com o uso de método qualitativo, foram utilizadas bibliografias que abordam questões de gênero nos espaços públicos e também nas Relações Internacionais. Por outro lado, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com as diplomatas guineenses, para compreender suas realidades, foram entrevistadas quatro (4) diplomatas, todas são mulheres de faixa etária entre 27 e 50 anos de idade. A entrevista semiestruturada tem como uma das suas características a elaboração prévia do roteiro, a guia com perguntas que deverão ser analisadas no decorrer da entrevista e mesmo após sua realização e permitirá que o pesquisador/a colete todas as informações desejadas (Manzini, 2003 *apud* Djata, 2023, p. 23, 24).

Entre as diplomatas entrevistadas, duas delas estão em postos no exterior. A identidade das entrevistadas não foi revelada, optamos por deixar no anonimato, e todas elas participaram do processo seletivo dos diplomatas, diplomatas A e B participaram do último concurso que foi realizado em 2021, e diplomatas C e D participaram do concurso em 2011. A opção por entrevistar apenas mulheres não se deve ao fato da pesquisa ter questão de gênero como tópico central, e sim pela impossibilidade de obter o ponto de vista dos homens. As entrevistas aconteceram de duas formas: a primeira foi feita online pelo google meet, as entrevistas foram feitas na língua materna (criolo) e gravadas com celular e foram traduzidas pelo português. A outra por questionamento que foi enviado pelo e-mail e WhatsApp. A primeira entrevista aconteceu no dia 03 de outubro de 2024, a segunda foi feita no mesmo mês no dia 17 de outubro, todas as entrevistas aconteceram em 2024. Na segunda parte da entrevista, as perguntas foram enviadas no dia 30 de outubro e 03 de novembro, as respostas foram enviadas no dia 04 e 06 de novembro.

#### 4 MULHERES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU

É de conhecimento da maioria que o continente africano passou por sua fase mais terrível da história ao ser colonizado por muito tempo, por diferentes países da Europa, e o processo foi muito doloroso, “a escravidão europeia contra os africanos foi doloroso e muito desumano, porque ela se centralizava no trabalho forçado, tortura física, proibição do desenvolvimento intelectual e cultural dos escravizados” (Monteiro, 2013, p. 83). Infelizmente a Guiné-Bissau não teve escapatória dessa terrível realidade. Mas ao passar do tempo o povo começou a reagir contra o sistema em que se encontravam provocou uma revolta dos povos locais. No entanto, 1963 foi um ano histórico para continente africano, onde alguns países africanos iniciaram a luta armada numa das ex-colônias portuguesas, e no mesmo ano foi realizado o encontro dos líderes africanos em Etiópia, e foi fundada a Organização da Unidade Africana, mais conhecido como União Africana (UA), a fim de mobilizar os movimentos da libertação e contar com ajuda internacional para o fim do colonialismo no continente (Impanta, 2020, p. 11).

No entanto, na Guiné-Bissau, no mesmo ano mencionado acima, começou a luta armada nacional que foi dirigida pelo Líder do Partido Africano pela Independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, Amílcar Cabral, que também contou com ajuda de militares e mulheres não militares. As mulheres guineenses de diferentes classes sociais, etnias e de diferentes níveis de formação contribuíram de forma positiva e significativa durante a luta, entre elas: enfermeiras, professoras e líderes de destacamento de pioneiros (Impanta, 2020). Além disso, elas participam nas atividades políticas, na produção de alimentos para combatentes, no carregamento de materiais de guerra, como informantes, elas disponibilizam também suas casas para esconderijo e alguns encontros (Monteiro, 2013, p. 203). Elas não se limitavam apenas em fazer essas atividades, como também lutavam ao lado dos homens.

Muitos pesquisadores guineenses, principalmente dos estudos de gênero, apontam que PAIGC no momento da luta da independência demonstrava dar mais engajamento para as mulheres nos espaços políticos. No entanto, no ano que se segue, depois da sua independência, as mulheres não foram atendidas como o partido tinha prometido durante a luta. E essa ausência das mulheres nos espaços públicos continua se alastrando até os dias de hoje, no período pós-independência. Segundo Monteiro:

No período pós-independência, o PAIGC não conseguiu equilibrar o ativismo político das mulheres no tocante à sua participação efetiva na esfera política, apesar da tentativa de criar em 1975 uma Comissão Feminina que objetivava a elaboração de programas de ação em prol da condição feminina após a luta de libertação; a

participação política das mulheres foi tímida em comparação com o período da luta de libertação (Monteiro, 2013, p. 207).

Mesmo depois da sua independência em 1973 que foi reconhecido pelo Portugal somente em 1974, o país continua sendo liderado pelo partido único, PAIGC, só em 1994 aconteceu mudanças no sistema político do país, nesse ano foi criado outro partido, o país saiu do sistema do monopartidarismo para o multipartidarismo, o que permitiu a realização da primeira eleição na Guiné-Bissau. Apesar dessa mudança na política guineense, na primeira eleição realizada no país no contexto multipartidário, só tinha uma candidata feminina, e que não conseguiu ser vencedora da disputa. De acordo com Djata (2023) desde a abertura democrática e política em 1991 e com a realização das primeiras eleições, nunca houve uma mulher chefe do governo, presidente da Assembleia Nacional Popular, nem como presidente do Supremo Tribunal de Justiça ou Forças Armadas e nem nos outros órgãos do poder central e administrativo do Estado.

As mulheres ocupam-se das esferas privadas com trabalhos domésticos, enquanto a ideia e atitude do patriarcado se fortalecem, porque por detrás de um homem existe outro lado mais poderoso, que manipula e submete uma mulher para satisfazer seus interesses. O patriarcado na Guiné-Bissau funciona baseando-se na ideia de masculinidade, com base nas estruturas tradicionais étnicas, com ritos de iniciação que também fortalecem esse lado masculino e poderoso de um homem (Djata, 2023, p. 30). Na Guiné-Bissau, alguns grupos étnicos para ser considerado homem mais poderoso ou responsável, muitas das vezes são necessários passar por um ritual de circuncisão tradicional, o que o torna ainda mais poderoso e dominante tanto para mulher quanto para os colegas homens que ainda não passaram pelo mesmo processo. E esse poder dado aos homens é reforçado nas questões políticas, o que os tornam responsáveis por muitas funções, ocupando cargo dos chefes, enquanto as mulheres em sua maioria ocupam cargos inferiores (Djata, 2023).

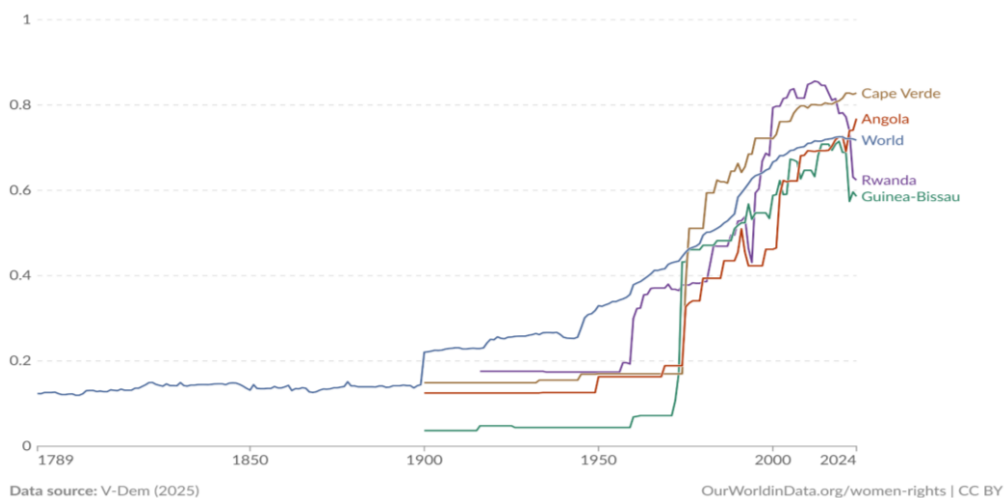
De acordo com argumentos apresentados no texto, sobre este campo de estudo, pode-se entender que a pouca representatividade feminina nos espaços públicos não é um problema que existe só na Guiné-Bissau que é o foco principal do trabalho, mas em outros países, apesar de cada país ter suas diferenças.

Segundo relatório global de desigualdade de gênero, em 101 países foram analisados continuamente a evolução de disparidade de gênero desde 2006-2024, sendo assim, o relatório analisa essa disparidade em quatro subíndices: educação, saúde, economia e política. De 2006-2024, a disparidade de gênero em saúde e sobrevivência das mulheres teve avanço de 96%, educação 94,9%, participação na economia e oportunidade 60,5% e o empoderamento político 22,5% (World Economic Forum, 2024, p. 13). Nota-se que saúde e educação tiveram muito

mais avanços do que economia e política, principalmente o empoderamento político das mulheres.

Na mesma linha de raciocínio, os dados que vão ser apresentados abaixo sobre o índice do empoderamento feminino avalia três aspectos que são: liberdade civil, direitos fundamentais das mulheres e participação das mulheres nas discussões políticas. Os valores apontados no gráfico sobre o índice de empoderamento político feminino variam de 0 à 1, quanto mais próximo de 0 é menor o empoderamento, e quanto mais próximo de 1 é maior o empoderamento, e a última atualização dos dados foi em 2024, nesse caso, apontamos avanço e retrocesso de alguns países africanos. Em 2024 Angola com 0,77, Cabo-Verde 0,83, Guiné-Bissau 0,59 e Rwanda 0,62. Seguindo esses dados, os quatro países mencionados só o Cabo-Verde avançou um pouco, o país está se aproximando cada vez mais de 01, segundo o relatório é um valor médio alto, e em comparação com outros países a Guiné-Bissau é o país com a pontuação mais baixa, e bem abaixo da média global também, a média global está em 0,72.

**Figura 1** - Índice do empoderamento político feminino em Cabo-Verde, Angola, Ruanda, Guiné-Bissau e média global, 2024



Fonte: Our World in Data, historical series data – V-Dem

Apesar da evolução nas últimas décadas, as diplomatas ainda enfrentam questionamentos e impedimentos estruturais à sua participação na carreira. Nota-se que elas não são naturalmente reconhecidas como diplomatas, dentro do contexto diplomático elas ainda são vistas como esposa, filha ou secretária, ao invés de diplomata (Medeiros, 2017, p. 71).

Segundo o relatório da ONU Mulheres 2025, em relação a cargos executivos no governo, apenas dezoito países têm uma mulher Chefe de Estado, e nove países em que as mulheres ocupam 50% ou mais dos cargos de Ministro de liderança em áreas

políticas. E em relação aos parlamentos, apenas seis países têm 50%, ou mais de mulheres no parlamento, Rwanda com 60%, Cuba 56%, Nicarágua 55%, Andorra 50%, México 50% e Emirados Árabes Unidos 50%. As mulheres ocupam 36% nos assentos parlamentares na América Latina e no Caribe, 33% nos parlamentos da Europa e na América do Norte, 27% das mulheres legisladoras na África, 23,5% na Subsaariana, Ásia Oriental e Sudeste, Oceania com 20%, Norte da África e Ásia Ocidental com 19%, 17% de mulheres membros do parlamento na Ásia Central e Meridional. O mesmo relatório mostra que é muito mais comum às mulheres ocuparem as funções de ministra dos assuntos da família, criança e cultura, inclusão e desenvolvimento social.

#### 4.1 MULHERES NA DIPLOMACIA

A diplomacia é um espaço que envolve práticas de negociação, representação, coleta de informações e comunicações. Durante o século XX, acadêmicos e profissionais como Aggestam 2009; Sharp 2009; Melissen 2005 e Pigman 2013 questionaram mudanças na natureza da diplomacia, alguns afirmam que a diplomacia moderna é uma combinação da antiga diplomacia, enquanto outros afirmam que as mudanças criaram uma nova diplomacia. Apesar das mudanças, questões da democracia e da representação foram discutidas, o gênero como categoria analítica e as mulheres como agentes políticos foram ocultados. (Aggestam; Tows, 2018, p. 5).

No caso das mulheres na diplomacia, as barreiras, os exercícios e a superação destas neste âmbito. Historicamente, durante os séculos pré-modernos em alguns países da Europa os casamentos reais eram usadas para fazer alianças entre países e reinos, onde as mulheres desempenhavam papéis importantes como diplomatas, a diplomacia matrimonial foi o meio utilizado para fortalecer relações da nobreza de diferentes regiões, as mulheres nobres eram casadas com líderes ou pessoas de alta classe de outros países para sustentar alianças políticas e econômicas, com essas relações, os novos governantes ou pessoas que tinham intenção de ter legitimidade política melhoraram as suas linhagens, e tiveram aliados poderosos que ajudam a conservar o seu controle no poder político (James; Sluga, 2026, p. 3).

Apesar do citado acima, esses casamentos eram favoráveis tanto para homens quanto para mulheres, muitas das vezes o casal trabalhava junto para o bem-estar da família e da sociedade. Na Europa, o trabalho em equipe era comum. No século XVI, os governantes italianos ricos e suas esposas dinásticas cooperavam para proteger seus regimes. No século XVII, o título de embaixatriz era dado para as mulheres que acompanhavam seus maridos em missões estrangeiras. (James; Sluga, 2026, p. 4).

A colaboração entre marido e esposa, ou seja, o casamento matrimonial foi muito importante na época, mas isso não quer dizer que as mulheres apenas desempenhavam papéis

diplomáticos sob companhia dos seus maridos. Houve mulheres influentes que atuavam como diplomatas e desempenharam papéis importantes na época.

A procura dos possíveis problemas para as mulheres na carreira diplomática apresenta três principais dinâmicas para compreender melhor o problema de gênero na diplomacia. A primeira trata-se das mulheres que se colocam primeiro enquanto mulher e depois como diplomata, colocando em primeiro lugar aspectos da sua identidade de gênero que podem entrar em conflito com a sua profissão, porque está estabelecida em padrões masculinos. A segunda dinâmica é diferente, porque a mulher busca se acostumar às normas sociais da diplomacia, mesmo que isso traga prejuízos à sua identidade. Já a terceira e última dinâmica, se refere aos ajustes entre duas identidades sugerindo um caminho de transformação para ambas (Medeiros, 2017, p. 30). E essas questões afetam não apenas as mulheres na diplomacia, como também no contexto social e cultural.

#### 4.2 DIPLOMACIA:GUINÉ-BISSAU

Nesse subitem vamos fazer uma abordagem sobre diplomacia guineense, em especial as mulheres diplomatas, apresentando alguns desafios que elas enfrentam. Mostrar as mudanças que aconteceram na carreira em relação às mulheres diplomatas. As abordagens vão ser feitas baseando nos resultados das entrevistas e bibliografias que abordam essa temática.

Nos Ministérios do país para conseguir emprego depende de vários fatores, entre eles: indicação política, indicação pessoal ou concurso público, em sua maioria, depois de conseguir o emprego na instituição, não começa a trabalhar na sua área de formação, você passa a fazer outros trabalhos por anos, maioria das vezes os trabalhos inferiores a sua área de formação. Segue abaixo o relato da entrevistada A:

Felizmente no meu caso é diferente de muitas pessoas, eu ingressei no ministério através de uma carta de pedido de estágio, mas infelizmente passei por muitas dificuldades. Fiz estágio durante 6 anos, fazendo trabalho de secretária, tem dias que não consigo ir trabalhar, porque não tinha dinheiro de transporte, durante esse tempo não é todo mês que recebo o salário, e quando recebe não é aquele salário dos bons. Na época tinha meses que eu recebia 10.000 ou 20.000 FCA, aproximadamente R\$ 90 a 180. E para piorar muita das vezes a gente ficava sem internet no ministério, e quando eu precisava enviar relatório ou fazer qualquer trabalho que necessita de internet, eu comprava internet com o meu dinheiro para poder finalizar o trabalho. Quando cansei daquela situação pedi uma pausa de alguns meses, eu até queria desistir de trabalhar, só voltei porque o meu tio me alertou sobre o concurso dos diplomatas, se eu não estiver trabalhando no ministério não vai ser fácil conseguir participar do concurso” (diplomata A, 2024, tradução nossa).

Sobre a falta de internet que acontece às vezes nos ministérios, não é novidade na Guiné-Bissau. A falta de recursos no país é um problema muito crônico, principalmente a falta da energia e água, é um problema que não afeta só a vida cotidiana da população, como também afeta as instituições, muita das vezes o hospital nacional do país ficou mais de dois dias sem energia, e já causou mais mortes e prejuízos no hospital. Outro problema também que parece crônico na Guiné-Bissau é sobre estágio, não é só no Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas em outras instituições do país, o profissional passa anos e anos sendo estagiário, outros acabam por desistir quando percebe que não vai ajudá-lo profissionalmente.

Os diplomatas são escolhidos através de um concurso que acontece em duas etapas, por prova escrita e entrevista. Mas pelo que podemos perceber na fala das diplomatas entrevistadas, o concurso dos diplomatas parece problemático, digamos que é diferente de muitos países. Segue abaixo o relato da diplomata B:

Eu participei do último concurso, que aconteceu em 2021, e finalizou em 2023, mas antes disso, já tentei ser funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros mas não consegui, porque toda vez que eu tentava entregar o meu currículo no Ministério sempre me disseram que não tinham respostas, ou não estão recebendo currículos no momento, infelizmente tive que conseguir o emprego por indicação, começando na Secretaria Geral sendo estagiária, para depois participar do concurso. Depois do resultado do concurso, o processo passou por diferentes instituições do país, como Finanças, Funções Públicas, Tribunal de Contas e passou pelo primeiro Ministro do país para depois ser oficializada, só depois desse processo burocrático que conseguimos fazer o recenseamento. Depois do recenseamento, passamos pela primeira categoria da carreira, que é adido. Antes do nosso processo de efetivação ser finalizado, um dia comentei com uma colega sobre a demora do processo, e uma senhora que tem mais tempo trabalhando no ministério me respondeu assim: você acabou de participar do concurso e já está querendo saber do resultado? Daí a mesma senhora me falou que o concurso que ela participou demorou muito mais tempo para ser finalizada, demorou 8 anos, o concurso foi realizado em 2011, mas foi finalizada todo o processo burocrático da efetivação em 2019” (diplomata B, 2024, tradução nossa).

De acordo com os critérios do Ministério, o concurso é aberto para os recém-formados, e qualquer pessoa que tenha formação na área pode se candidatar, mas com relatos dos diplomatas que participaram do concurso, é muito mais fácil você participar do concurso sendo estagiária ou funcionária, da instituição, tanto homens quanto mulheres, por isso, muitos se submetem a esse regime de estágio. De acordo com a diplomata C:

Trabalhei 4 anos num regime de estágio, eu e mais 11 colegas, como estávamos trabalhando sem a efetivação, e para melhorar a nossa situação, Ministério entrou em contato com o Ministério da Função Pública, daí, colocaram a data, e o Secretário Geral do nosso Ministério nos informou a data do concurso, o concurso foi realizada em 2011, mas o processo de recenseamento só foi finalizada em 2019 (diplomata C, 2024, tradução nossa).

Ainda sobre o concurso, entre as entrevistadas a diplomata D foi a única que não passou pelo regime do estágio, ela participou do concurso público para admissão na carreira diplomática sem fazer outro trabalho no ministério, mas ficou sabendo do concurso através de um conhecido. Segundo ela, ela e mais outros colegas participaram do concurso sem fazer estágio antes. Ela participou do mesmo concurso com a diplomata C, o processo de recenseamento que só foi finalizada 8 anos depois.

Todo país tem o seu processo burocrático em relação a qualquer assunto, mas na Guiné-Bissau a escolha dos diplomatas parece ser muito mais burocrática. Nesse caso, constatamos que talvez a demora da efetivação dos diplomatas fosse influenciada por instabilidade política ou o sistema burocrático do país, porque em 2012 teve golpe de estado, e em 2014 foram realizadas eleições presidenciais e legislativas, mas um ano depois o Primeiro Ministro eleito foi derrubado do poder, além das trocas de governos que aconteceram entre 2011 e 2019. Como todo processo de recenseamento dos diplomatas deve passar nas instituições e no gabinete do Primeiro Ministro para depois ser finalizada, as trocas dos Ministros não ajudaram na finalização do processo, ou para os governos que passaram durante esses anos a efetivação dos diplomatas não era prioridade. Na Guiné-Bissau é muito mais comum um político ou governo se preocupar com seus interesses particulares ou do seu partido ao invés dos interesses do povo, ou seja, se interessar pelo bem-estar do país.

Após se tornarem oficialmente diplomatas, passam pela primeira categoria, que é adido, depois terceira secretária, segunda e primeira. Com o passar dos tempos, o profissional pode receber uma promoção, pode até se tornar embaixador, mas não é tão comum. Muitas vezes, os embaixadores ou conselheiros são escolhidos com base em sua lealdade política, relações com o governo ou partido no poder, ou até mesmo como forma de retribuição por apoio político. E no caso dos Ministros, a escolha é feita por dois fatores: pode ser por quadro técnico ou indicação política, mas é muito mais frequente a indicação política. As Ministras nomeadas na Guiné-Bissau, assim como os Ministros e Generais ou chefes do gabinete do governo em sua maioria são escolhidas por indicação política, ao invés de um processo técnico.

O sistema político da Guiné-Bissau é fortemente influenciado por acordos políticos e alianças partidárias. Também tem as nomeações pessoais, é possível que uma pessoa com conexões políticas ou uma boa relação pessoal com membros do governo ou com a liderança do país seja nomeada para cargos diplomáticos, mesmo que não tenha uma formação acadêmica específica na área. Segundo a diplomata C:

Ao longo dos anos, as nomeações para cargos ministeriais têm sido frequentemente resultado de negociações entre os principais partidos e coalizões políticas, especialmente em um contexto de instabilidade política e mudanças frequentes de governo. Os presidentes e os primeiros-ministros costumam nomear ministros e ministras com base em sua lealdade política, apoio eleitoral ou como parte de um compromisso para fortalecer uma aliança. No entanto, algumas nomeações podem também levar em conta a competência técnica, especialmente em áreas-chave como saúde, educação ou finanças, onde a qualificação técnica pode ser relevante para a implementação de políticas públicas eficazes. Mesmo nesses casos, a competência técnica nem sempre é o critério principal (diplomata C, 2024, tradução nossa).

E essas nomeações muitas vezes o profissional é indicado para ser ministro ou ministra de uma instituição sem trabalhar nessa instituição ou em áreas que envolvem o ministério em causa. Apesar de que a Guiné-Bissau não tenha um sistema tão formal e estruturado quanto alguns países, a escolha dos ministros parece ser muito mais problemática do que muitos países.

#### 4.3 MULHERES GUINEENSES NA DIPLOMACIA: DAS BARREIRAS À SUPERAÇÃO

A Guiné-Bissau, como muitos países africanos, ainda lida com as normas patriarcais que dificultam a ascensão das mulheres em posições de liderança. E o campo diplomático também é um dos espaços em que as mulheres enfrentam essas dificuldades. As mulheres não se deparam com as dificuldades só no ambiente de trabalho, como também no ambiente familiar. E a diplomacia sendo um ambiente que exige negociações, muitas vezes a participação das mulheres nas negociações e reuniões é limitada, ainda mais se a mulher for casada e tem filhos, nem sempre os companheiros que não são da mesma área compreendem as demoras que podem acontecer nas reuniões. Segundo diplomata A:

Meu ex-marido sempre criou problemas em relação a minha carreira, desde a época em que eu era estagiária, ele fazia comentários desmotivacionais. E quando me tornei diplomata, muita das vezes as reuniões ou visitas não terminam no horário que era para ter terminado, e quando chego em casa ele cria conflito, não compreende as demoras que às vezes pode acontecer nas reuniões, ele também criou problemas em relações as minhas viagem de trabalho no exterior, porque desde que me tornei diplomata já viajei 3 vezes para o exterior a trabalho, com a duração mais ou menos de um mês ou três meses. Por conta das brigas repetitivas por conta do meu trabalho, e a nossa relação que não era mais estável, decidi me separar. E ele ficou com as crianças, alegando que eu não tinha muito tempo para cuidar das crianças, agora o processo está na justiça, e enquanto estamos aguardando a decisão do juiz sobre a guarda das crianças e fico com elas nos finais de semana. Mas toda aquela implicância em relação a minha carreira, acredito que ele se sentiu ameaçado, porque tenho mais nível de formação que ele. (diplomata A, 2024, tradução nossa).

Percebe-se que nem sempre uma mulher desiste da carreira por conta das oportunidades que não são dadas a elas na arena política, mas acaba desistindo pela família, uma vez que os

homens ainda pensam que os cuidados de casa e dos filhos são de total responsabilidade da mulher. Por outro lado, as mulheres não devem deixar seus companheiros para trabalhar no exterior por muito tempo ou não devem deixá-lo em casa esperar por ela. Por causa desse relato e outros, ainda limita a atuação das mulheres nesse campo, mas essa situação só recai pelo lado da mulher, porque com os homens é raro esses acontecimentos. A figura mulher-como-diplomata e homem-como-cônjuge demonstra uma forma de acabar com os papéis tradicionais de gênero da diplomacia, criando novas situações, problemas e adaptações (Medeiros, 2017, p. 43). É evidente que tanto casamento ou qualquer relação pessoal afetiva, distância não é bom aliado para manter a união, mas talvez boa solução ajudaria manter a vida familiar e profissional.

A sociedade está acostumada em ter homens como líderes e responsáveis de quase tudo que está associado à decisão, e quando uma mulher está em uma posição superior pode criar desconforto da parte dos companheiros. Pelo menos durante o último século e meio, os cargos de estatuto público em sua maioria têm sido ocupados por homens, muita das vezes com entendimento de que esses espaços são portadores de traços masculinos, enquanto a feminilidade muita das vezes é associada a posições de subordinação e de menor estatuto (Aggestam; Tows, 2018, p. 13).

Para amenizar a situação das mulheres nos espaços públicos em Guiné-Bissau, em 2018 foi elaborada uma lei, a lei de paridade que garante 36% da representação das mulheres na política e nas tomadas de decisões. Mas nota-se que desde a implementação dessa lei, os números das mulheres no parlamento e na Assembleia Nacional Popular nunca passaram de 11%. De acordo com a diplomata D:

A questão de paridade na Guiné-Bissau ainda está longe de ser consolidada, são poucas as mulheres na liderança, principalmente no Ministério dos Negócios Estrangeiros, os gabinetes e nas nossas Embaixadas no exterior, quase a maioria dos postos são ocupados pelos homens, estamos cientes da nossa luta como mulheres para atingirmos os objetivos da lei da paridade, não adianta pedirmos a favor os lugares que nos pertencem por direito, devemos lutar e mostrar que somos capazes e merecemos o mesmo lugar que os homens ocupam. por outro lado, talvez essa lei devia ser revista, ou criar uma punição para partidos que não respeitam essa lei (diplomata D, 2024, tradução nossa).

As representações das mulheres na Assembleia Nacional Popular, e nas demais posições de liderança, não atingiu 36%, e com a realização das eleições legislativa e presidenciais que passaram nos últimos anos, nenhum partido político ou instituição está cumprindo com essa lei, o que demonstra um fracasso total desta lei, e os objetivos ainda estão longe de serem alcançados.

As diplomatas guineenses enfrentam uma série de desafios específicos em seu ambiente de trabalho. Esses obstáculos refletem não apenas questões de gênero, mas também contextos sociais e políticos mais amplos. A história de instabilidade política na Guiné-Bissau pode tornar o trabalho diplomático ainda mais desafiador. As mulheres podem se sentir pressionadas em um ambiente onde as prioridades mudam rapidamente, com as trocas dos governos é difícil se manter em uma posição por muito tempo, o que limita oportunidade de influência de qualquer profissional.

Outro desafio para as mulheres na carreira diplomática é a limitação de atuação, uma vez que muitas das nomeações na Guiné-Bissau dependem das promessas e alianças políticas e é notável o pouco envolvimento das mulheres nas alianças e promessas políticas, o que limita suas nomeações nos cargos de chefes. Por outro lado, a presença de estereótipos de gênero pode influenciar nas nomeações dos cargos. Na mesma linha de raciocínio, Sanca (2019), mostra que outro desafio que impede as mulheres a se inserir na diplomacia se trata das duas categorias diplomata no país, diplomatas políticos e diplomata de carreira. As duas categorias excluem as mulheres, mas a categoria política é mais excludente, porque dificulta a indicação para mulheres serem diplomatas.

As diplomatas também questionam sobre a promoção, as promoções não acontecem frequentemente, mesmo com o desempenho dos profissionais, nesse caso, a instabilidade política pode ser adotada como um elemento que dificulta esse processo. É evidente que maioria da promoção em qualquer função, é necessário um aumento de salário, mas se não tiver o fundo suficiente para aumento do salário dos funcionários, não vai ser possível a promoção.

Apesar das dificuldades e desafios, elas continuam resistindo, e podemos admitir que nos últimos anos é notado algumas mudanças na diplomacia guineense, todas as diplomatas entrevistadas já viajaram a trabalho, e duas estão cumprindo a missão de 4 a 5 anos no exterior. Há um potencial imenso, o sacrifício das mulheres para se tornarem diplomatas não foi um processo fácil, principalmente fazer estágio por 4 e 6 anos sem salário digno. No último concurso dos diplomatas, que aconteceu em 2021, na lista dos aprovados entre 74 aprovados constavam 37 mulheres. Com tudo, isso não demonstra que é uma grande conquista, não basta só ter muitas mulheres na diplomacia nos últimos anos, mas é necessário ter mais mulheres como chefes e ministras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando sobre o que foi discutido ao longo do texto, constata-se as mulheres ainda enfrentam grandes desafios em relação à ocupação de espaços de tomada de decisão, apesar de que aconteceram algumas mudanças, mas as conquistas não estão avançadas como esperado, principalmente num país como Guiné-Bissau, onde as normas patriarcais ainda tem grande potencial na sociedade.

É necessário que o Estado da Guiné-Bissau adote uma política de processo seletivo dos diplomatas mais estável e transparente, para que todos possam participar sem precisar fazer estágio por muitos anos. Poderia ser elaborada uma política que vai tratar somente das escolhas e recenseamento dos diplomatas, com isso talvez o processo não dure muito tempo para ser finalizada.

A pesquisa revela uma ausência de política institucional voltada à inclusão e diversidade, garantindo que a promoção dos profissionais seja justa sem a influência política, a pouca representação das mulheres em posições de destaque na diplomacia demonstra que tem menos modelos e guia para as novas gerações. Oferecer treinamentos focados em habilidades de liderança, negociação e diplomacia, principalmente para mulheres. Rever políticas rigorosas contra assédio sexual, moral e discriminação de gênero, garantindo que haja mecanismos para denunciar e resolver essas questões de forma justa. Implementar políticas de treinamento de trabalho que permitam às mulheres equilibrem responsabilidades profissionais e familiares, sem ter que abrir mão das suas escolhas, uma vez que em sua maioria são educadas a serem submissas e obedientes, apesar que nos últimos anos, as mobilizações sobre a importância da igualdade de gênero estão gerando mudanças, nesse caso, cabe citar um movimento social cujo nome Mikat (Mindjer ika Tambur) em português significa mulher não é tambor. É um movimento não governamental que sensibiliza a sociedade guineense sobre direito humano das mulheres, principalmente contra a violência.

Por fim, o que ficou evidente é a necessidade de investimentos nas políticas educacionais. A Guiné-Bissau sendo um país pobre, muitas pessoas não conseguem fazer formação superior por falta de condições financeiras, acabam impedindo que os jovens e adolescentes, tenham oportunidade de participarem dos programas de formação, redes da sociedade civis e organizações que defendem pautas voltada aos princípios para a construção de uma sociedade cada vez mais justa, igualitária e democrática.

## REFERÊNCIAS

ANN TICKNER, Judith; **Feminist Methodologies for International Relations**. Edited by Brooke A. Ackerly, Maria Stern, and Jacqui True, Cambridge University Press 2006.

CANDÉ-MONTEIRO, A. Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional – conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959- 1994). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Bahia, SSA, 2013.

CHIRINDZA, Liendina Joaquim: somos ensinadas a respeitar o lar?: dominação, resistência e a pluralidade de experiências de mulheres moçambicanas. Florianópolis 2017

DIAS, Júlia Machado. **OUTROS OLHARES, OUTROS SABERES: Contribuições dos Feminismos e das Mulheres Zapatistas para as Relações Internacionais**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2019.

DJATA, Bininba: **DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU: um estudo a partir das narrativas das mulheres**. Dissertação (Mestrado)– UFPI, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Teresina, 2023.

DOVE, Nah: Mulherismo Africana, Uma teoria Afrocêntrica. **Jornal de Estudos Negros**, vol. 28, no.5, maio de 1998.

GANDHI, Anuradha; **Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista**. 2ª Edição. 2018.

IMPANTA, Iadira Antonio: **MULHERES DA UDEMU E EXPERIÊNCIAS DE VIDA: DA LUTA DE LIBERTAÇÃO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal - RN 2020.

JAMES, Carolyn e SLUGA Glenda: **Women, Diplomacy and International Politics since 1500**. Ed. Routledge. 2016.

Karin Aggestam e Ann E. Towns: **Gendering Diplomacy and International Negotiation**. January 2018.

MAIA, Synthya Rayanne de Lima: **Mulherismo Africana e o corpo negro que o feminismo não consegue abraçar**. Disponível em: <https://ics.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/mestrado-em-sociologia/institucional/documentos>. 10 de jan. 2023.

MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva de: **Feminizando a diplomacia: um estudo das narrativas de mulheres diplomatas**. 2017. 107 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Our World in Data. **Índice de empoderamento político das mulheres**. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/women-political-empowerment->

[index?tab=chart&country=OWID\\_WRL~GNB~AGO~RWA~CPV](#). Acesso em: 19 Abril 2025.

PONTES NOGUEIRA João e MESSARI Nizar: Teoria das Relações Internacionais; 1. Ed. 28ª Reimp. Rio de Janeiro; GEN Grupo Editais Nacional, 2012.

SANCA, Naentrem Manuel Oliveira. **Inserção da mulher na carreira diplomática em Guiné-Bissau**. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

UN Women. Fatos e números: liderança feminina e participação política. 11 de março 2025. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/articles/facts-and-figures/facts-and-figures-womens-leadership-and-political-participation>. Acesso em: 15 Abril 2025.

WORLD ECONOMIC FORUM: INSIGHT REPORT; JUNE 2024. Disponível em: [https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2024.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2024.pdf)